

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O solo é um recurso natural, mas finito, limitado e não renovável e por isso é imperioso que o País passe a deter um quadro jurídico capaz de responder com eficácia, transparência e rigor aos problemas dos solos contaminados.

Ao contrário do que foi anunciado diversas vezes pelo anterior Governo do qual o Sr. Ministro João Pedro Matos Fernandes fazia parte, o projeto legislativo dedicado à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (ProSolos) e o Atlas da Qualidade do Solo ainda não foram aprovados.

Aliás, a última data avançada foi de que tal sucederia no Conselho de Ministros dedicado ao ambiente do dia 6 de junho de 2019. Pasmese, não sucedeu, como bem sabemos.

Infelizmente temos um outro compasso de espera já que o processo de consulta pública do ProSolos, que o Governo PSD-CDS deixou pronto, já terminou há muito.

Este assunto tem tanta relevância para o ambiente que a Assembleia da República aprovou, em março do ano passado, uma Recomendação ao Governo para que se legislasse sobre a prevenção da contaminação e remediação dos solos. Nada sucedeu e os problemas acumulam-se com perigos óbvios para a saúde pública e para o ambiente.

Decorridos tantos anos, não detemos ainda nem legislação nem Atlas da Qualidade do Solos - o que é quase uma exceção a nível europeu. Portugal não tem quaisquer dados disponíveis sobre locais contaminados – no Atlas da Agência Europeia de Ambiente e nos dados do *Joint Research Centre* (JRC) da Comissão Europeia – para identificar os locais contaminados e sujeitos a operação de remediação. Ao mesmo tempo é imperativo que haja uma efetiva fiscalização da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

Importa lembrar que Portugal foi um dos oito Estados-membro da União Europeia (EU) alvo de

uma auditoria do Tribunal de Contas Europeu, auditoria esta que recomenda que a Comissão Europeia avalie a necessidade de reforçar o quadro jurídico da UE face ao crescente risco da degradação dos solos nesta região.

É também preocupação do Grupo Parlamentar do PSD (GP PSD) a reduzida execução do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) em termos da recuperação de locais contaminados e de passivos ambientais. De facto, a taxa de execução dos passivos ambientais é muito baixa e só são elegíveis como entidades beneficiárias as autarquias locais e suas associações, o setor empresarial do Estado e outras entidades, incluindo entidades do setor empresarial local.

Ainda sobre os solos contaminados – depois do escândalo das obras do hospital da CUF na Expo, onde a população ficou sujeita a emissões atmosféricas e a contaminação das águas do rio Tejo, as obras da Fundação Champalimaud onde uma zona de aterro portuário com diversos tipos de resíduos está a ter destino um antigo areeiro na margem sul, destino recorrente para estes resíduos – continuamos sem dados e sem uma perspetiva dos investimentos que são necessários realizar nos passivos ambientais e nos locais contaminados. Temos tão só dados de há 16 anos – portanto, de 2004 – que revelam uma necessidade de investimento de cerca 500 a mil milhões de euros para a sua requalificação e reabilitação, segundo dados do Governo de então.

Por outro lado, é necessário que as Câmaras aumentem a sua intervenção nestes processos, não emitindo licenças de construção ou de movimentação de terras sempre que exista a suspeição de se estar em presença de solos contaminados, sem que seja apresentado pelo promotor um estudo de avaliação da contaminação dos solos e tornando obrigatória e efetiva a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos prévio às operações urbanísticas, caso se confirmem os indícios de contaminação.

A ausência de políticas determinadas para o ambiente e de salvaguarda da saúde das populações, onde a dispersão de responsabilidade entre os Municípios (licenças de construção), as CCDR (que emitem as licenças de gestão de resíduos nas obras, bem como as licenças de operadores de tratamento de resíduos em pedreiras e areiros) e ainda a DGEG (que aprova os planos de reabilitação paisagística de exploração geológica, local onde tudo se passa sem qualquer controle) é grave e insustentável.

Ainda em Lisboa, é expectativa do GP PSD que as Jornadas Mundiais da Juventude, que se realizarão em Sacavém, não sejam mais uma desculpa para aliviar a Galp das responsabilidades de descontaminar os seus terrenos em Sacavém; ou que a movimentação dos solos resultantes das obras do metropolitano na 24 de Julho recebam como solução a deposição no aterro da Boavista, ou a altamente questionável proposta do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de colocar como dragados no rio Tejo. Esta solução consta do concurso público que o Metropolitano está a promover e isto apesar, relembramos, do histórico considerável de solos contaminados que a zona de Alcântara, pois é bem conhecido o local denominado por aterro da Boavista. São situações gravíssimas, uma delas que, supostamente, conta com o aval e parecer técnico favorável do LNEC.

Já fora de Lisboa, o cenário repete-se. É o caso da fábrica encerrada em Santo grande parte da poluição que uma Multinacional Americana teima em não tratar e que a APA deixa passar sem impor a remoção desses solos contaminados. Ou os terrenos da refinaria de Leça da Palmeira – que são para restituir ao domínio público – onde a ação de descontaminação não acontece por

não haver consenso entre Galp, Repsol e BP, utilizadores históricos desse local, relativamente aos custos da operação.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor **Ministro do Ambiente e Ação Climática**, através de V. Exa., o seguinte:

1 – O que se passa para esta inexplicável demora projeto legislativo dedicado à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (ProSolos) e o Atlas da Qualidade do Solo? Problemas com negociações com as poderosas empresas Petrolíferas e o Ministério da Economia? Letargia nos serviços que V. Exa Tutela?

2 – O Fundo Ambiental não deveria investir fortemente neste domínio? Qual a estratégia que o Senhor Ministro pretende seguir neste domínio: reforçar as verbas ou continuar neste registo de quase exclusão do financiamento o problema dos solos contaminados?

3 – Assumindo Portugal, no dia 1 de janeiro de 2021, a sua quarta presidência do Conselho da EU, considera V. Exa relevante que as Orientações Estratégicas da Presidência Portuguesa – que estão a ser elaboradas – abrangam a proteção do solo, em particular as questões relacionadas com os problemas de contaminação, de remediação?

4 – Considerando que continuamos sem dados e sem uma perspetiva dos investimentos que são necessários realizar nos passivos ambientais e nos locais contaminados, os disponíveis são de 2004 e revelam uma necessidade de investimento de cerca 500 a mil milhões de euros para a sua requalificação e reabilitação, tem ou prevê ter (e se sim, quando) o Senhor Ministro dados atualizados para partilhar?

5 - O que está o Ministério que V. Exa tutela a fazer para clarificar as responsabilidades dos autores dos estudos de avaliação da contaminação que fundamentam os pedidos de licenciamento imobiliário? Ou no sentido de regular a forma como os operadores, que se servem de operações de valorização de resíduos e de operações de eliminação de resíduos para subverter os objetivos para que foram criadas, utilizam os solos para fins de desclassificação, com óbvios proveitos económicos para vários intervenientes? Ou, ainda, para combater as operações de descontaminação que proponham soluções de pretensas recuperações paisagísticas de pedreiras que, em muitos casos, não passam da repetição de velhos erros de proliferação de vazadouros sem controlo sanitário, poluindo recursos hídricos superficiais e subterrâneos e destruindo o ecossistema? Está o Senhor Ministro a trabalhar nestes processos, ou será que V. Exa, quando impôs trabalhos de identificação e levantamentos das pedreiras depois da tragédia de Borba, pediu que lhe fizessem esse levantamento afim de corrigir e impedir a continuação de fazer crescer lixeiras nestes locais?

6 – Finalmente, e sobre situações como a dos terrenos da Galp, em Sacavém, a da fábrica em Santo Varão, em Montemor o Velho, e a da refinaria, em Leça da Palmeira, o que tem o Senhor Ministro a dizer sobre estas matérias?

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)